

GEPOLÍTICA DO CAPITALISMO: UMA SÍNTESE SOBRE A SOCIABILIDADE ENTRE PROLETARIADO E BURGUESIA

*Geopolitics of Capitalism:
a Sociability Synthesis Between the Proletariat and the Bourgeoisie*

José Manuel Mussunda da Silva¹

INTRODUÇÃO

Na idade moderna, no final do século XV e na primeira década do século seguinte, inicia-se o processo que criou o modo de produção capitalista. Nessa época, assistiu-se a um número crescente da classe trabalhadora ou proletários lançados no mercado de trabalho de modo a oferecer a sua força de trabalho em detrimento da necessidade humana e materiais (MARX, 1988). Com base nessa necessidade, os burgueses compravam as mercadorias e a força de trabalho do proletariado com objetivo de acumular primitivamente seu capital, por isso, encontramos no capitalismo àqueles que detêm os meios de produção (fábricas, máquinas, ferramentas etc), e aqueles que nada possuem, a não ser força de trabalho. No entanto, é a partir da relação dos meios de produção e a força de trabalho que surge o capitalismo que acumula suas riquezas em detrimento do trabalho alheio prestado pelo operário. Assim, hipoteticamente, na atualidade, o capitalismo e a exploração se tornaram, cada vez mais indissociáveis, nas relações humanas.

Este estudo objetiva problematizar e, conseqüentemente analisar o sistema capitalista, sua relação com o trabalho (alienação e exploração) tendo em conta o processo de sociabilidade humana entre burgueses e proletários.

Do ponto de vista metodológico, propõe-se uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo através de revisão de literaturas selecionadas, como livros, artigos, etc., que se relacionam com a temática, com pretexto de responder ou não a seguinte questão: De que modo o sistema capitalista se transforma em exploração?

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel).
Email: mussundamiranda@gmail.com

Por sua vez, além desta introdução e considerações finais o texto está organizado em duas partes. A primeira faz um resgate histórico, a partir da literatura de Marx e Engels sobre o conceito de trabalho e a forma de dominação na relação entre operário e latifundiário, sobretudo na questão do tempo, sua necessidade de férias etc. A segunda é explorada e problematiza a visão multifacetada dos principais autores(as) selecionados(as), sobre a forma como encaram o sistema capitalista, sua relação com o mercado, dinheiro e religião.

TRABALHO, DOMINAÇÃO, TEMPO E FÉRIAS

Para Marx, o trabalho é um conceito central para compreensão dos mecanismos de exploração e acumulação de riquezas na sociedade capitalista. A concepção de trabalho, segundo Marx e Engels (1996), está atrelada a um enquadramento prévio do materialismo histórico. Assim, para desenvolverem a concepção materialista da história, entenderam que a relação sujeito e objeto é dialético e materialista, isto é, o sujeito é produto do meio e determinado pelas condições materiais e a sociedade é o produto das relações de produção, mas sob custódia do Estado. Aliás, segundo Marx e Engels (1996), a sociedade está dividida em duas camadas: Infraestrutura e a Superestrutura.

A infraestrutura para Marx e Engels (1996), refere-se a estrutura econômica formada pelas relações de produção e das forças produtivas, ou seja, a forma como as sociedades se organizam economicamente e produzem os bens necessários para sobreviver (sociedade civil). Por conseguinte, a superestrutura é o conjunto de representações sociais, manifestados nas normas, na política e na ideologia, isto é, são as relações materiais de dominação. Os autores ressaltam que são as relações produtivas e materiais que determinam a dimensão simbólica do ser social. Ou seja, no materialismo histórico, o trabalho é um elemento fundamental, enquanto considera o homem como um ser histórico-social que se constitui como tal por meio do trabalho.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e, à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1998, p.47).

Como se pode observar, o conceito de trabalho em Marx (1998) deve ser entendido a partir da teoria de relações de produção. Isto é, as relações se caracterizam pelo modo de produção, na qual se consubstanciam em duas faces: força produtiva e a relação de produção em que estas se dão. A força produtiva é caracterizada pela força de trabalho e meios de produção, em um primeiro momento. No segundo, é preciso relacionar a força produtiva com a relação de produção que dinamiza a sociedade. Portanto, a força de trabalho, segundo Marx é constitutiva do trabalhador que não possui meios de produção (meios de trabalho), pois estes pertencem ao capitalista. Neste sentido, é a partir daí (força de trabalho e meios de produção) que se dá a exploração (mais-valia).

Nessa perspectiva, o trabalho é o fundamento da sociabilidade humana. Em outras palavras, o ser social ao produzir a sua existência, produz uma história, isto é, uma sucessão dos atos humanos temporalmente situados. A relação de consciência e da prática, fruto do trabalho, constitui a chamada práxis. A práxis refere-se à relação entre a teoria e a vida prática do homem. Ademais, compreende as teorias e as práticas que dão ao homem um sentido de totalidade, que dizem respeito à essência humana: o homem como o criador de si próprio (MARX; ENGELS, 1996).

Por exemplo: nas sociedades primitivas, onde o trabalho era sobretudo doméstico e manual, constituíam-se relações sociais escravistas. Já nas sociedades construídas por grandes latifundiários que trabalhavam as terras, erguem-se as relações feudais entre os indivíduos. Para melhor compreensão, nos dias atuais é no local de trabalho onde as pessoas efetuam as trocas simbólicas; enquanto o dia tem 24 horas, os trabalhadores têm no mínimo 8 horas de trabalho por dia. Entretanto, o ser humano precisa dormir no mínimo 8 horas de sono. Diante disso, Marx (2010) critica a maneira como o trabalho aliena o homem.

[...] o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirmar, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. o trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. o seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (fremdheit) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autos-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro (MARX, 2010, p. 82- 83).

A crítica a alienação do trabalho ao homem está relacionada sobre a forma de como o capitalismo se apropriou da força de trabalho e transformou o trabalhador no seu objeto (MARX, 1988). Contudo, Marx (2010) vai dizer que no trabalho, o homem é um objeto que reproduz matérias e que não ganha nenhum benefício. Pelo contrário, o torna fatigado, angustiado, desgastado, enquanto o único recurso que possa o tornar feliz são as férias para poder descansar. É uma coerção exterior da exteriorização. De outro modo, o trabalho torna-se num meio de ocupação e de sobrevivência do trabalhador/homem, pois “[...] existe fora dele, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (Macht) autônoma diante dele [...]” (MARX, 2010, p.81).

Marx e Engels (1998) constroem o conceito de trabalho baseado na divisão do trabalho, afirmando que cada nova força produtiva, enquanto não é uma simples extensão quantitativa da força produtiva, tem como consequência uma nova constituição da divisão do trabalho, que consiste no meio, conseqüentemente na separação do trabalho industrial, comercial e do trabalho agrícola e com ela a separação de cidade, campo e a oposição dos interesses de ambos. Marx (2011) também apresenta o conceito de trabalho a partir da exploração da pequena propriedade que não permite nenhuma divisão do trabalho, qualquer utilização dos métodos científicos e, por conseguinte, qualquer variedade de talentos, riqueza e relações sociais. Portanto, cada uma das famílias camponesas quase se abastecia a si própria e produziam diretamente a maior parte daquilo que consumiam; conseqüentemente adquiriam seus meios de subsistência muito mais por uma troca com a sociedade.

SISTEMA CAPITALISTA, FORÇA DE TRABALHO, MERCADORIA, CAPITAL, SALÁRIO E RELIGIÃO

Catani (2011) nos mostra que a força de trabalho vendida na atualidade, pelos operários, é fruto do capitalismo selvagem e exacerbado que se permeia nas relações humanas e modo de produção entre a força de trabalho e o sistema capitalista. Aliás, antes do advento do capitalismo, os operários (camponeses e artesãos) eram indivíduos independentes do seu trabalho. Todavia, com a aparição da sociedade capitalista e novas indústrias, os operários perderam seus sustentos e lucros que produziam diariamente (atingindo a falência), pois os espaços onde praticavam as atividades, sobretudo agrícolas, foram monopolizados pelos grandes e pequenos burgueses. No entanto, os camponeses se vendo nessa situação, não havendo outra fonte de rendimento e sobrevivência, procuravam “[...] o capitalista para vender-lhe a sua força de trabalho em troca de um salário. Assim, o

trabalhador transforma-se em assalariado passando a vender sua força por dia, semana e mês” (CATANI, 2011, p.29).

Nessa direção, o operário vendendo a sua força, torna-se uma mercadoria, isto é, a força de trabalho vendida pelo proletariado garante a existência da mercadoria calculada pelo tempo, hora, dia, semana e mês. Porém, antes do giro de dinheiro ou troca de um produto com dinheiro, a mercadoria era caracterizada por duplo valor: valor de uso e da troca ou propriamente dita (CAFIERO, 1981). O valor de uso é baseado na qualidade da mercadoria, enquanto, o valor da troca é baseado no trabalho humano que produz essa mercadoria. De outra maneira, a mercadoria só poderia ser trocada por outra mercadoria se o seu valor de troca fosse igual. Por isso, Cafiero (1981), dizia que “[...] qualquer mercadoria que quer transformar-se em outra, deve, antes de mais nada, transformar-se em dinheiro, e depois, como dinheiro, (re)transformar-se em mercadoria” (ibid., p.19).

Em outras palavras, antes a mercadoria funcionava na base do valor de uso e da troca². Todavia, com o giro, a mercadoria deixa de ser calculada por valor de uso e da troca e transforma-se em giro da mercadoria e do dinheiro, representado pela fórmula: M-D-M-D. Neste sentido, para se conseguir atingir essa fórmula, os latifundiários tendem a encontrar trabalhadores que possam vender/emprestar a sua força de trabalho para garantir o asseguramento do mercado.

[...] os trabalhadores são profundamente dependentes do mercado para vender sua mão-de-obra como mercadoria, os capitalistas dependem dele para comprar a força de trabalho e os meios de produção, bem como para realizar seus lucros, vendendo os produtos ou serviços produzidos pelos trabalhadores. Essa dependência do mercado confere a este um papel sem precedentes nas sociedades capitalistas, não apenas como simples mecanismo de troca ou distribuição, mas como determinante e regulador principal da reprodução social (WOOD, 2007, p.78).

Neste intuito, percebe-se que os três elementos do processo de trabalho estão interconectados, pois, enquanto o latifundiário programa as suas ações e prepara os meios de trabalho³, em seguida vai ao mercado se relacionar com indivíduos/trabalhadores, desgastados com a sua condição. Estes (Burgueses) criam laços e oferecem propostas de trabalho, mas com o único objetivo, a sua força. Após atingir este objetivo, o capitalista comprará matérias- primas e outros meios

² Por exemplo, se o João (nome fictício) tiver cestas básicas de alimentos, mas não tiver um smartphone e quiser trocar (sua cesta para receber o smartphone), vai ao mercado e encontra o Paulo (nome fictício) com smartphone e este tiver a necessitar de uma cesta básica para alimentar a família, etc. Ambos podem encontrar um mecanismo de diálogo consensual para efetuar a troca, em que o João, fará a entrega da cesta básica para o Paulo em detrimento do smartphone, vice-versa. No entanto, chama-se “Valor da troca”. Adaptado na ideia de Cafiero (1981)

³ Fábrica e instrumentos de trabalho.

de produção e dirá “mãos às obras” (CAFIERO, 1981). O latifundiário em posse dos três elementos do processo de trabalho se torna um explorador e o operário não tem outra alternativa, a não ser colaborar com as exigências do seu patrão. Neste sentido, o proletariado terá uma jornada de trabalho excessiva ao horário pré-estabelecido pelas normas, isto é, da lei geral do trabalho. Visto que o objetivo primordial do capitalista é o lucro e acumulação do capital⁴, e do camponês é o salário.

O salário é aquele que é pago por um determinado tempo: uma hora, um dia, uma semana ou um mês de trabalho. O salário é nada mais do que uma forma transformada do preço da força de trabalho do operário. Em contrapartida [...] o operário está obviamente interessado em prolongar a jornada de trabalho, como meio de aumentar o seu salário diário ou semanal (CAFIERO, 1981, p.79-85).

O pagamento do salário do operário é consequência da subjugação, dominação, reprodução e exploração. No contexto atual há várias formas de colonialidade e exploração advinda da classe capitalista, por exemplo, a religião, particularmente os protestantes. Segundo Weber (2004), o capitalismo é externo à economia. Pois, também se configura a partir da herança do modo de pensar as relações sociais ligado com os princípios bíblicos, como caso dos “[...] movimentos reformistas na Europa: do protestantismo de Lutero e o calvinismo” (CATANI, 2011, p.7).

Em Adendo, capitalismo e religião estão intrinsecamente ligados às relações humanas, pois os capitalistas mantêm laços fortes com líderes religiosos. Estes últimos possuem recursos econômicos graças aos sacrifícios dos fiéis em razão de amenizar suas preocupações e garantir salvação eterna, segundo as sagradas escrituras. Assim sendo, do ponto de vista manifesto, entende-se que as religiões têm tirado proveito da fragilidade dos crentes em detrimento de um discurso de prosperidade e perseverança, mas que é uma forma de exploração com intuito de acumular capital baseando-se nos capítulos e versículos bíblicos. Exemplo, “[...] No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás”⁵. Outrossim, “Comerás do fruto do teu trabalho, serás feliz e próspero”⁶. São profecias bíblicas que os líderes usam, por consequência, os capitalistas também, para conformar o trabalhador que acredita numa nova vida e não se enxerga mesmo diante de uma situação de exploração (WEBER, 2004).

⁴ Acumular significa juntar, juntar e amontoar riquezas ou fortunas (CAFIERO, 1981, p.87).

⁵ BÍBLIA, Gênesis, 3:19.

⁶ Idem, Salmos 128:2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, MAS NÃO FINAL

Em forma de conclusão, referenciamos que esta discussão é inesgotável, pois apresenta um debate bastante complexo e que precisa (re)leitura atenta e crítica sobre a questão da geopolítica do capitalismo e exploração. Por essa razão, concluímos este artigo de forma parcial, pois objetivamos (re)organizar e revisitar os conceitos clássicos e atuais dos seguintes campos: Economia Política, Sociologia e Geopolítica do Capitalismo, a fim de problematizar a origem do sistema capitalista e seus *modus operandi* nas relações humanas. No entanto, o texto mostrou-nos que, antigamente os indivíduos/trabalhadores dependiam de si mesmo para sobreviver, mas com o advento da era industrial e comercial, surgiram novas formas de atuação nos espaços, por meio da classe burguesa que monopolizou os meios de produção, transformando-as para si. Por isso, para concretizar seus desejos, segundo nos mostrou Marx, Cafiero, entre outros, os capitalistas precisavam de pelo menos três elementos chaves, que são: meios de produção, força de trabalho e matéria-prima. Não obstante, observou-se também que antes, as mercadorias só poderiam ser trocadas por outra mercadoria se o seu valor de troca for igual. Isto é, se um indivíduo possui uma sacola de algodão e necessitar de um liquidificador e outra pessoa quiser algodão e tiver liquidificador, ambas as partes entram em consenso e façam a troca, se possível, for. Mas, com o surgimento do capitalismo, o valor da troca transformou-se em giro de dinheiro, ligado à acumulação primitiva de capital, conseqüentemente à exploração do homem.

REFERÊNCIAS

- CAFIERO, Carlo. **O Capital: uma leitura popular**. Trad. Mário Curvello. São Paulo: Editora Polis, 1981.
- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Trad. José Marcos de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. **Capitalismo e Democracia**. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

BÍBLIA, Sagrada: nova versão Internacional. Sociedade Bíblica Internacional – Santo André: Geográfica, 2017